



CONTRATO Nº/2022

PAD Nº. 16232/2021

**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ E A EMPRESA
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico nº/20...., regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD nº 16232/2021, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa:, inscrita no **CNPJ sob nº**, com sede na, nº....., bairro, Cidade, UF, CEP:, telefone: (.....), e-mail:, neste ato representada por, portador do CPF nº. ***.....-**, denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços gráficos de impressão, acabamento, embalagem e entrega do manual e guia rápido do mesário para as eleições 2022, etiquetas para identificação das mídias de carga, de votação e de resultados utilizados nas urnas, cartilha e folder sobre acessibilidade e colinha eleitoral, conforme especificações constantes neste contrato.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ESPECIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

2.1 – Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2 - Local de Entrega: Seção de Logística de Materiais do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, CEP 80220-902, Curitiba-PR.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ORIENTAÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO E DO RECEBIMENTO

3.1 – As orientações e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1– As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - anexo I .

4.2 – Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:, emitida em

Elemento de Despesa:

Categoria Econômica: custeio;

Código Siasg: 15857

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1 - A contratação vigorará pelo período de **03 (três) meses**, a partir da data da assinatura, de a, podendo ser prorrogado, observado o interesse público, de acordo com o artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

7.1 - O reajuste dos contratos com vigência até 01 (um) ano, encontra-se suspenso até

disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições desta.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1 – Pelo fornecimento do objeto ora contratado o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de **R\$** (.....), soma dos itens abaixo, conforme a seguir demonstrado:

8.1.1- Dos itens e quantidades a seguir discriminadas:

Impressão, acabamento, embalagem e entrega do Manual do Mesário.

a) Valor unitário da página – com até 4 (quatro) casas decimais:

R\$

b) Valor de 1 (um) manual com 36 (trinta e seis) páginas (a x 36) – com até 4 (quatro) casas decimais:

R\$

c) Valor total para 69.279 (sessenta e nove mil, duzentos e setenta e nove) manuais com 36 (trinta e seis) páginas cada (b x 69.279) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais:

R\$.....

Impressão, acabamento, embalagem e entrega do Guia Rápido.

d) Valor de 1 (um) guia – com até 4 (quatro) casas decimais:

R\$

e) Valor total para 54.233 (cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e três) guias (d x 54.233) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais:

R\$.....

Impressão, acabamento, embalagem e entrega da Cartilha sobre Acessibilidade.

f) Valor de 1 (uma) cartilha – com até 4 (quatro) casas decimais:

R\$

g) Valor total para 12.000 (doze mil) cartilhas (f x 12.000) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais:

R\$

Impressão, acabamento, embalagem e entrega do Folder de acessibilidade.

h) Valor unitário do folder – com até 4 (quatro) casas decimais:

R\$

i) Valor total para 15.000 (quinze mil) folders (j x 15.000) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais:

R\$

Impressão, acabamento, embalagem e entrega de Etiquetas mídias de carga.

j) Valor unitário da cartela com 40 (quarenta) etiquetas de mídias de carga – com até 4 (quatro) casas decimais:

R\$

k) Valor total para 200 (duzentas) cartelas de etiquetas de mídias de carga (j x 200) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais:

R\$

Impressão, acabamento, embalagem e entrega de Etiquetas mídias de votação.

l) Valor unitário da cartela com 40 (quarenta) etiquetas de mídias de votação – com até 4 (quatro) casas decimais:

R\$

m) Valor total para 950 (novecentos e cinquenta) cartelas de etiquetas de mídias de votação (l x 950) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais:

R\$

Impressão, acabamento, embalagem e entrega de etiquetas mídias de resultado.

n) Valor unitário da cartela com 17 (dezessete) etiquetas de resultado – com até 4 (quatro) casas decimais:

R\$

o) Valor total para 5.069 (cinco mil e sessenta e nove) cartelas de etiquetas de mídias de resultado (n x 5.069) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais:

R\$

Impressão, acabamento, embalagem e entrega da “Colinha”.

p) Valor unitário da “colinha” – com até 4 (quatro) casas decimais:

R\$

q) Valor total para 8.000.000 (oito milhões) de “colinhas” (p x 8.000.000) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais:

R\$

8.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

8.2.1 - Quanto ao manual do mesário, respeitados os limites legais previstos na Lei nº 8.666/93 poderá haver aumento ou diminuição do número de páginas (devido a mudanças eventuais nas instruções das Eleições e/ou nos softwares). Em decorrência disto, somente serão pagas as

páginas efetivamente solicitadas pelo gestor no decorrer da contratação.

8.3 – DO DOCUMENTO FISCAL

8.3.1 - O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, 224 – Prado Velho – Curitiba – Paraná, direcionado à SLOGMAT. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail: slogmat@tre-pr.jus.br, caso não seja possível lançar no sistema.

8.3.2 - O CNPJ da empresa habilitada na contratação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

8.3.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

8.4 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

8.5 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.5.1 - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

8.5.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até R\$ 17.600,00, conforme artigo 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

8.5.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

8.5.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

8.5.5 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da

contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.6 - Da regularidade fiscal:

8.6.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.6.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.6.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

8.6.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.6.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DO GESTOR DO CONTRATO

9.1 – A fiscalização e gerência do presente contrato será realizada por servidor devidamente designado pela Secretaria de Administração.

9.1.1 - O gestor verificará as condições de recebimento do material, assim como a correta e completa execução dos serviços.

9.2 – Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá ao fiscal:

- a) Receber e atestar a nota fiscal/fatura dos serviços, de acordo com o prazo contratual, encaminhando-a ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento.
- b) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.
- c) Comunicar à CONTRATADA via e-mail, carta ou ofício, a necessidade de solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontrados na execução do objeto, e fixar prazo para cumprimento.

d) Receber os serviços firmando o termo com a empresa.

9.3 – Caberá aos gestores:

a) Orientar o fiscal da contratação.

b) Realizar adequações ao objeto contratual, eventualmente necessárias.

c) Se a inexecução, citada no subitem 6.2.c persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constantes de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail enviado pelo fiscal, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA.

d) Contatar a empresa a fim de agendar o início e horário dos serviços, informando se será autorizada, também, a execução do serviço na parte da manhã.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

a) **Advertência:** para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) **Multas**, que serão aplicadas independentes entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto, sobre o valor do pedido em atraso, até o limite de 15 (quinze) dias;

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 16º (décimo sexto) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item b.1.

b.2) Caso o gestor considere inservível o cumprimento da obrigação, incidirá multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato e rescisão por inexecução contratual, podendo nesse caso, ser aplicado cumulativamente com a sanção de impedimento de licitar.

b.3) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato por descumprimento de obrigações acessórias, bem como não emitir a nota fiscal dentro do prazo ou encaminhar a nota fiscal com falta de documento.

b.4) multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de cessação da prestação do serviço.

b.5) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de entrega de material ou execução do serviço em desacordo com o contratado, sem a devida substituição/refazimento do serviço dentro do prazo pré-estabelecido, bem como se as caixas entregues não contiverem exatamente as quantidades estabelecidas no Anexo II e/ou o tipo de cartilha esteja acondicionado erroneamente.

b.6) multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inadimplemento total pela não entrega do objeto do contrato no prazo estabelecido, conforme estabelece o item 4.1.1 do Termo de Referência - Anexo I.

c) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme gravidade do inadimplemento da obrigação pela empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.2 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.3 – A Contratada autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - Ficarão o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

11.1.1 - Poderá ser também causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

¹ Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2022.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE

Anexar ao contrato - Anexo I, II, IV

² Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.